

A economia não mais comporta a tutela de um só grupo

Carlos Alberto Kaiser (*)



O desenvolvimento industrial e tecnológico tem gerado, nas sociedades modernas, profundas mudanças de perfil social. Nas economias mais avançadas a estratificação social foi-se amoldando às nuances da produção menos dependente de mão-de-obra e cada vez mais automatizada. A estrutura de classes com que se batizava, no século passado, a principal contradição do sistema de economia de mercado, o capitalismo, cedeu seu lugar a um complexo tecido social, mediante o fortalecimento de uma gigantesca classe média, extremamente diversificada, mais voltada à produção de serviços e lazer. Hoje, torna-se evidente, pela própria experiência histórica, que já não é o conflito entre capital e trabalho que entrava o processo político e econômico, pois há uma grande sociedade anônima que hoje for-

ma o crescente mercado de consumo, e onde capital e trabalho não raro se confundem.

A grande mudança, não prevista pelos teóricos da economia e da política, reside, basicamente, na gestão da empresa e da própria economia. A unidade de produção familiar deu lugar à grande empresa impessoal, administrada por profissionais, delegados de uma sociedade de acionistas. Em outras palavras: a pulverização da propriedade e a ascensão do tecnocrata, assumindo o lugar do capitalista. Tal modelo, efetivamente, resultou em benefícios para a economia, na medida em que propiciou o fortalecimento do capital e amorteceu conflitos diretos entre o empresário controlador e trabalhadores.

Um fenômeno semelhante, resultante de processo microeconômico, ocorreu com a gestão econômica e política do Estado. A sociedade anônima cada vez menos se deixou representar no Estado, cedendo lugar a este novo segmento da classe média, que pelo

seu "know-how" se apresentou como apto para essa tarefa. Em muitos países, especialmente aqueles líderes do processo econômico, tomou-se o devido cuidado, por razões endógenas, de evitar que a ascensão desta nova poderosa classe viesse a desfigurar os princípios básicos da economia de mercado, da livre iniciativa, enfim, da democracia. Outras nações, talvez premidas pela urgência de desenvolvimento, ou determinadas pela filosofia de planejamento centralizado, esmoreceram na defesa daqueles princípios. Não resistiram, ou, equivocadamente, confiaram seus destinos à tecnoburocracia.

No caso dos países socialistas os resultados são evidentes: queda substancial da eficiência econômica. A oligarquia tecnocrática nestes países destruiu as esperanças de liberdade política. O bem-estar social deixou de se constituir numa conquista social: passou a ser uma benesse, uma concessão da nova aristocracia tecnobu-

rocrata. Nos países menos desenvolvidos do bloco ocidental, fenômeno semelhante ocorreu. Associada a outros grupos sociais, a tecnocracia ascendeu ao poder, concentrando decisões, até políticas, e desfigurando inteiramente a concepção inicial do sistema de mercado e da livre iniciativa. O processo político sofreu consequências graves.

No Brasil, ao longo dos últimos vinte anos, os cientistas políticos e os economistas indagam, com razão, se, de fato, a aceleração do processo de desenvolvimento econômico, inquestionável, derivou da ação direta desta classe privilegiada de "burocratas" ou se, mediante uma pacificação social, foi possível aproveitar os espaços existentes e explorar o imenso potencial econômico do País. De qualquer maneira, ainda que a primeira hipótese corresponesse à realidade, não resta dúvida de que a ação profissional encontrou campo fértil num país que, então, apenas esperava ser conquistado pelo seu

próprio povo. Hoje, a diversificação da reprodução industrial, o peso do setor de serviços e a complexidade social exigem a participação de todos os segmentos da sociedade, e não comportam mais a tutela de qualquer grupo, sob pena de perda de eficiência econômica, e, repetimos, da desfiguração do modelo de livre iniciativa, enfim, de riscos à democracia.

Aí estão as empresas estatais, verdadeiros leviantes, tomando o lugar da empresa privada; gerando déficits vultos na economia, em grande parte oriundos de desperdícios; com reduzida produtividade econômica, fruto de deficiência gerencial e da não necessidade da apresentação de resultados. A retomada do poder político e econômico pelas legítimas representações de todos os segmentos sociais deve ser assim encarada como uma necessidade nacional.

(*) Empresário, presidente do Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes do Rio de Janeiro